

RELATO

O ENSINO DO TELEJORNALISMO PARA UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ingrid Pereira de Assis¹
(ingrid.p.assis@hotmail.com)

RESUMO

O objetivo deste relato de experiência é detalhar a participação de uma pessoa com deficiência (PCD) em disciplina da área de telejornalismo, ministrada no âmbito do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de forma a sistematizar as estratégias pedagógicas bem sucedidas e superar as dificuldades identificadas, ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Metodologicamente, este relato se ampara em uma análise descritiva das atividades desenvolvidas e em uma entrevista semi-estruturada com o estudante PCD a fim de coletar as suas impressões e trazê-lo de forma mais ativa para o debate acerca das suas necessidades.

PALAVRAS-CHAVE

Pessoa com deficiência. Telejornalismo. Oficina de Telejornalismo.

1. INTRODUÇÃO

Este relato de experiência tem como objetivo detalhar a participação de uma pessoa com deficiência em uma disciplina da área de telejornalismo, ministrada no âmbito do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Por meio dele, sistematizou-se as estratégias didáticas que foram adequadas e satisfatórias para possibilitar o acesso deste estudante ao conteúdo e aos conhecimentos construídos, ao longo do processo de ensino e aprendizagem, bem como as dificuldades a serem superadas.

Metodologicamente, ampara-se em uma análise descritiva, trazendo as atividades desenvolvidas e observações identificadas a partir do andamento e execução dos projetos práticos. Além disso, realizou-se uma entrevista semi-

¹ Docente do curso de Jornalismo, da Universidade Federal do Tocantins (UFT); doutora em Jornalismo, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutorado sanduíche pela Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e bacharel em Comunicação Social – Hab. Jornalismo, também pela UFMA. E-mail: ingrid.assis@mail.uft.edu.com.



REALIZAÇÃO



APOIO



estruturada com o estudante, a fim de coletar as suas impressões e trazê-lo de forma mais direta para o debate acerca das suas necessidades.

Desse modo, primeiramente, este relato traz uma breve contextualização sobre a inserção de pessoas com deficiência na sociedade e no ambiente universitário. Em seguida, parte-se para uma apresentação da disciplina, do estudante e das atividades que foram desempenhadas. Em um terceiro e último momento, costura-se as estratégias desenvolvidas com as percepções analíticas da docente (e autora) e do estudante, a partir do que foi coletado durante a entrevista.

2. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Tendo como base a máxima “nothing about us without us”, que pode ser trazida como “nada sobre nós sem a nossa participação”, a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em setembro de 2006, passou a adotar a expressão “pessoa com deficiência” (PCD) como designação, de forma a abandonar nomenclaturas que as colocavam como coadjuvantes na vida social.

Esse processo fez parte de uma ruptura conquistada, ao longo dos anos, com as políticas de cunho tutelar e assistencialista, que subjugarão as pessoas com deficiência, relegando-as à meras coadjuvantes em decisões que lhes diziam respeito. A motivação da Organização das Nações Unidas para a alteração do conceito deriva da percepção de que:

(...) a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (FONSECA, 2012, p. 48).

Paulatinamente, as instituições e a sociedade como um todo passaram a discutir mais as questões relativas à acessibilidade e a integração de PCDs nos mais diferentes espaços sociais. Não coincidentemente, é criada a Lei nº 13.146/2015, ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garante os direitos da pessoa com



REALIZAÇÃO



APOIO



deficiência. Para se ter uma ideia, só a tramitação do regulamento durou 15 anos. Esta Lei versa que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas².

Ela tem como base a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já mencionada, sendo este o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de Emenda Constitucional. Seu objetivo é colaborar na diminuição das barreiras encontradas ao longo da vida da pessoa com deficiência.

Quanto às mencionadas “barreiras”, a LBI as define como, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (FERREIRA, 2020, p. 20).

Percebe-se, com isso, a relevância do acesso de pessoas com deficiência aos diversos níveis educacionais. Para que ele ocorra, as diferentes instâncias e instituições devem trabalhar no sentido de eliminar as barreiras que possam existir ou surgir, durante o processo de formação. Patrícia Muccini (2017) explica que a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são instrumentos importantes na garantia do direito à educação dessas pessoas. Isso porque, ao melhorarem as condições de escolarização na etapa da Educação Básica, acabam, também, impulsionando a presença das pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Consequentemente, a atuação dessas pessoas em um ambiente universitário, que possibilita o desenvolvimento tanto do ensino quanto da

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=no%20plano%20interno.-,Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas. Acesso em 19 de março de 2022.



REALIZAÇÃO



APOIO



pesquisa e extensão, contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que pense espaços e possibilidades para todos os corpos. Sasaki (2007) sistematiza em quatro momentos as práticas sociais, ao tratarem as pessoas com deficiência:

a) No primeiro, que durou da Antiguidade até o início do século XX, a característica mais evidente era a exclusão.

b) Em um segundo, que compreende entre as décadas de 1920 e 1940, a marca foi a segregação.

c) No terceiro momento, entre 1950 e 1980, já se percebe um movimento de integração.

d) E o quarto e último momento, iniciado na segunda metade da década de 1980, nos países economicamente mais desenvolvidos, é caracterizado, finalmente, pela inclusão.

Este processo de inclusão tem como premissa a construção de uma sociedade para todas as pessoas.

Inclusão, como paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana – composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p. 1).

Explicado isto, segue-se para o detalhamento do processo de inclusão vivenciado no âmbito do curso de Jornalismo da UFT e, mais especificamente, na disciplina de Oficina de Telejornalismo. Mais à frente, serão, também, apresentadas as estratégias pedagógicas e a percepção do estudante, a partir do que foi coletado durante a entrevista, tendo em vista, como frisa Sasaki (2009), que é necessário trazer a pessoa com deficiência para o centro do debate que versa sobre sua vivência e seu entorno.

3. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA

O Censo da Educação 2018 registrou que a UFT tinha, na época, 232 estudantes com deficiência, o que representava 1,4% do número total de matriculados no período de aplicação da pesquisa. A universidade contava,



REALIZAÇÃO



APOIO



ainda, com 14 professores com deficiência, ou seja, 1,16% do total de docentes da IES. Atualmente, o curso de jornalismo da UFT tem seis alunos com deficiência, sendo que um está com a matrícula trancada. Este relato foca na experiência desenvolvida com o estudante Matheus Araújo Amorim, de 25 anos, que cursa o 8º período, durante a disciplina de Oficina de Telejornalismo, que é optativa. Matheus Amorim apresenta múltiplas deficiências e necessita de uma cadeira de rodas e do auxílio de seu avô para locomoção.

A disciplina em questão tem uma carga horária de 30h e foi oferecida durante o período de férias, marcando, inclusive, o retorno da oferta presencial, após dois anos de realização de disciplinas apenas remotas, por causa da pandemia da Covid-19. Isso tornou o contexto mais complexo, visto que a estrutura tecnológica e laboratorial da universidade ficou parada durante todo este tempo. Equipamentos como as ilhas de edição, os teleprompters (TP) e mesmo a instalação elétrica do complexo laboratorial tiveram que ser devidamente revisados, quando a disciplina já estava em andamento.

A ideia de ofertar Oficina de Telejornalismo surgiu a partir da percepção de que muitos estudantes, ao longo dos dois anos de pandemia, não puderam colocar em prática os conhecimentos aplicados da área, por meio das disciplinas do eixo de práticas laboratoriais, que

Tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes a profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro reportagem, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros (UFT, 2015, p. 45).

Mesmo assim, poucos estudantes se matricularam nessa oferta de férias. Registrou-se um total de cinco matriculados, mas apenas três efetivamente participaram da disciplina do começo ao final, dentre estes estudantes, o Matheus Araújo Amorim. Para que ele pudesse frequentar as aulas durante esse período, a universidade disponibilizou um carro com motorista para transportá-lo e a seu avô, que o acompanha nas atividades universitárias, até a UFT e de



REALIZAÇÃO



APOIO



volta para casa, no término das aulas.

Ao todo, no período de fevereiro de 2022, foram realizadas nove aulas presenciais, três por semana, às terças, quartas e quintas-feiras. Conforme a ementa, que estabelece para a disciplina uma “Abordagem prática visando à produção de conteúdos jornalísticos para a televisão aprofundando determinados gêneros e formatos” (UFT, 2015, p. 189), cada estudante pôde desenvolver três produtos práticos: uma notícia para telejornal ou *stand upper*, uma agenda cultural e um mapa tempo. A ideia inicial era compor um telejornal no final da disciplina, mas, devido aos ajustes técnicos na estrutura laboratorial, tivemos que adaptar as expectativas com relação aos produtos elaborados.

3. ANÁLISE DA DISCIPLINA EM TERMOS DE ACESSIBILIDADE

Por meio de um viés prático, casado a um embasamento teórico básico, a disciplina de Oficina de Telejornalismo tinha como principais objetivos: possibilitar ao discente a compreensão acerca das definições e conceitos de reportagem e notícia no telejornalismo, permitir ao estudante a identificação das diferenças entre diferentes formatos, fornecer embasamento prático e teórico sobre a sistematização dos gêneros telejornalísticos e proporcionar ao discente exemplos que demonstrem as particularidades dos diferentes formatos e gêneros telejornalísticos na contemporaneidade.

Metodologicamente, a disciplina se baseou em exposições orais dialogadas, a partir de uma perspectiva ativa, auxiliando o estudante a alcançar a compreensão acerca dos temas abordados, com atividades práticas realizadas no laboratório de Redação, no estúdio e na externa (dentro do espaço físico da universidade). Todas as atividades práticas foram ancoradas em reflexões teóricas sobre o tema. A ideia era familiarizar os estudantes com a práxis telejornalística, estando ela conectada às proposições teóricas.

Ao longo da disciplina, os discentes puderam desenvolver uma pauta telejornalística, identificar os diferentes formatos que compõem um telejornal, observar e praticar as diversas funções ocupadas por jornalistas, na realização de um telejornal (produtor, repórter, editor de texto e imagem, cinegrafista



REALIZAÇÃO



APOIO



etc.). Desse modo, a avaliação se deu ao longo das aulas sendo, portanto, contínua. Foram observadas as participações dos discentes, por meio de interações e questionamentos espontâneos, bem como seus desempenhos a partir de indagações instigadas pela docente. Além disso, os produtos desenvolvidos na disciplina também integraram a avaliação.

O estudante Matheus Araújo Amorim desenvolveu: um stand upper, abordando a volta do Restaurante Universitário, trabalhando em parceria com o estudante Paulo Victor Gualberto, como cinegrafista; uma agenda cultural, que foi gravada ainda sem teleprompter (TP); e um mapa tempo, gravado com o auxílio do TP.

Figura 1: O estudante no quadro Agenda Cultural



Fonte: Print do vídeo final.

O estudante desempenhou todos os produtos práticos seguindo as orientações, o modelo narrativo de construção textual para televisão (utilizando a linguagem coloquial), a entonação, a interpretação do texto conforme as informações e acionou, adequadamente, as viradas de câmera e expressões corporais. Alguns desses aspectos podem ser observados no vídeo da Agenda Cultura, disponível aqui: <https://youtu.be/YfYrt4wc16g>. Dentre as dificuldades que foram observadas pela docente estão:



REALIZAÇÃO



APOIO



- Alguns exercícios de aquecimento de voz não conseguiram ser executados pelo aluno.

- Embora tenha acompanhado as instruções com relação à manipulação da câmera e tenha exercitado, com o auxílio do técnico Jorge Cardoso, não atuou diretamente como cinegrafista na produção dos demais estudantes, pois a câmera apresenta tamanho e peso que inviabilizaram o porte adequado do equipamento.

- O mesmo ocorreu no processo de edição. O estudante pôde acompanhar o seu material sendo editado por outro aluno, bem como as explicações que antecederam o processo acerca do software (Adobe Premiere), mas não editou diretamente nenhum material, tendo em vista a dificuldade em manipular o teclado e o mouse, ao mesmo tempo.

Sugere-se, a partir dessas observações, que um trabalho interdisciplinar mais ativo poderia ser realizado para dirimir esses problemas identificados. Um exemplo seria a presença de um profissional da área de Fonoaudiologia para acompanhar os alunos nos exercícios de aquecimento de voz, trabalhando as suas especificidades. Outra área que poderia auxiliar mais nas atividades desenvolvidas seria o setor de Informática, pensando e adaptando *hardwares* e *softwares* para as necessidades dos alunos. *Softwares* de edição com uma usabilidade adequada às pessoas com mobilidade reduzida teriam sido extremamente úteis para o aluno em questão, por exemplo.

Seria interessante, também, ter uma gama de equipamentos de filmagem que desse uma flexibilidade maior, tais como câmeras de ação (Ex: GoPro), que, por serem pequenas, leves e terem vários periféricos (suportes, cases especiais, tripés etc.), permitem filmagens mais dinâmicas e facilitadas, pois podem ser acopladas às bicicletas, capacetes, cadeiras de rodas, dentre outros.

É fundamental trazer, além da percepção docente, a visão do estudante acerca da disciplina, das atividades e possíveis melhorias que poderiam ser realizadas para tornar o seu processo de aprendizagem mais adequado. Para isso, realizou-se uma entrevista com o Matheus Amorim, com perguntas



REALIZAÇÃO



APOIO



abertas, de modo a deixá-lo confortável para expressar as suas opiniões, sem condução prévia.

Ao ser questionado sobre o que mais tinha gostado na disciplina, o estudante afirmou que foi experimentar o exercício em frente às câmeras.

Saber como é que faz uma entrevista, como faz uma passagem. Isso, pra mim, foi muito legal, sabe? O que eu mais gostei de desempenhar é como falar em frente às câmeras, porque às vezes as pessoas acham que eu sou meio desinibido, mas eu estava com medo de falar em frente às câmeras, mas aí quando a senhora me colocou pra desempenhar, eu gostei muito (AMORIM, 2022).

A ausência do TP em alguns momentos de gravação impactou nas dificuldades sentidas pelo aluno. Ter que decorar o texto da agenda, que foi completamente gravada sem o auxílio do TP, por causa dos motivos já explicados, gerou um desconforto. “A minha dificuldade foi não olhar muito para o texto. Assim...falar decorado. Eu queria falar decorado, mas eu estava com muita dificuldade” (AMORIM, 2022). Esse desconforto foi minimizado com a gravação do Mapa Tempo, que já contou com o uso do TP.

Esses problemas técnicos, mesmo sendo superados ao longo do desenvolvimento da disciplina, afetaram a percepção do estudante sobre a disciplina, pois ele apontou que gostaria de ter realizado mais produtos. Vale ressaltar que, no momento de fechamento deste artigo, o Matheus Amorim está cursando a disciplina de Telejornalismo 2, que é de prática laboratorial, com uma carga horária de 60h, o dobro da disciplina de Oficina de Telejornalismo, foco deste artigo. Portanto, ele poderá desempenhar, ao longo de sua presença no curso de Jornalismo, mais produções específicas da área de telejornalismo.

Sobre a condução da docente à frente da disciplina e o contato com os demais estudantes, Matheus Amorim (2022) frisou que:

A sua condução, professora, foi o principal, porque a senhora me ajudou. Eu pensei que fosse ter muita dificuldade com tele, com vídeo...pra falar. Mas eu acho que me saí bem. E também em relação à interação com os demais estudantes, foi ótimo. Eu gostei quando os meus colegas me ajudaram a editar meu material com o Jorge, pois como eu não sei editar, essa questão ficou um pouco difícil pra mim. Eles editaram pra mim, porque eu não sabia fazer. Eu queria saber editar meu material que eu gravei e como fazer isso de maneira correta.



REALIZAÇÃO



APOIO



Percebe-se, por este trecho supracitado, que o problema com o processo de edição também foi notado pelo estudante, então, ressalta-se que deve ser algo melhorado para as próximas disciplinas voltadas ao telejornalismo, que ele e outros estudantes com situação similar venham a cursar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 8,4% da população brasileira acima de 2 anos – o que consiste em 17,3 milhões de pessoas – têm algum tipo de deficiência. Vale mencionar, também, que, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, última divulgada até o fechamento deste relato, entre os meios de comunicação mais utilizados (1ª menção) estão: televisão, com 63%; internet, com 26%; e rádio, 7%. Ao compreender a primeira e segunda menção dos 15.050 entrevistados, esses números se elevam para: 89% utilizam mais a televisão, 49% a internet e 30% usam mais o rádio.

Em um contexto assim, a televisão se mostra um importante espaço de construção de um imaginário social, de identidades e padrões de comportamento. A representação da realidade é atravessada pela mídia televisiva e, historicamente, ela mais reforça práticas de ocultação e preconceito, com relação à corpos fora do padrão imposto pela sociedade, do que questiona tais modelos. Considerando estes aspectos, a presença de PCDs em um curso como o de Jornalismo é um importante avanço para que tais modelos historicamente impostos sejam questionados, tensionados e, futuramente, superados, de modo que, daqui a alguns anos, possamos assistir um telejornalismo mais plural, diverso e inclusivo.

Portanto, espera-se com este relato de experiência avançar no sentido de repensar as práticas em sala de aula e as barreiras existentes apontadas, de modo a transformar o ambiente de formação dos futuros jornalistas em um espaço mais acolhedor e acessível para todos, colaborando, também, para um jornalismo mais próximo de seus princípios éticos e sua deontologia.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Matheus Araújo. **Entrevista concedida a Ingrid Pereira de Assis**. 19 de mar. de 2022.

FERREIRA, Jeanne Michelle Matozinhos de Carvalho. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade de Brasília: sentidos de Educação Inclusiva**. 2020. 115 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MUCCINI, Patrícia. **Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. p. 10-16, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão - Parte 1. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 57, jul./ago. p. 8-16, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto pedagógico do curso de Jornalismo**. Palmas: UFT, 2015.